
EDUCAÇÃO, LUTA DE CLASSE, REVOLUÇÃO. SUBJETIVIDADE E OBJETIVIDADE NO DISPOSITIVO TEÓRICO DE KARL MARX

EDUCACIÓN, LUCHA DE CLASE, REVOLUCIÓN. SUBJETIVIDAD Y OBJETIVIDAD EN EL DISPOSITIVO TEÓRICO DE KARL MARX

EDUCATION, CLASS STRUGGLE, REVOLUTION. SUBJECTIVITY AND OBJECTIVITY IN THE THEORY OF KARL MARX

Irene Víporelli¹

Tradução: Edmundo Fernandes Dias²

Resumo: O presente artigo propõe-se indagar a relação entre educação, luta de classe e revolução a partir do *Manifesto* e dos “textos históricos” de Marx relativos à revolução de 1848. Em uma primeira parte tal confronto se revelará fecundo por iluminar as características fundamentais do dispositivo teórico marxiano: rejeitando tanto as interpretações “objetivistas” quanto as “subjetivistas”, a teoria da história de Marx resulta ser fundada sobre duas temporalidades, uma linear, a outra cíclica. Estas definem uma relação eminentemente dialética entre objetividade e subjetividade histórica. Na segunda parte o mesmo confronto servirá, ao contrário, para mostrar como Marx “concretamente” se representa o processo pelo qual o proletariado chega a adquirir uma consciência revolucionária madura. Longe de considerá-lo como o “simples” desenvolvimento da consciência de classe proletária, Marx concebe tal processo muito mais como um percurso complexo, em que estão implicadas todas as classes sociais. Enfim, a última parte é dedicada a mostrar “empiricamente” tal dispositivo teórico em ação: através das análises de Marx sobre o desenvolvimento das lutas de classe na França, se mostrará “praticamente” a absoluta centralidade da dimensão educativa na concepção marxiana da história.

Palavras-chave: Educação, luta de classe, revolução, dialética, subjetividade revolucionária.

Resumen: El presente artículo se propone a indagar la relación entre educación, lucha de clase y revolución a partir del *Manifesto* y de los “textos históricos” de Marx relativos a la revolución de 1848. En una primera parte tal confronto se revelará fecundo por iluminar las características fundamentales del dispositivo teórico marxista: recusando tanto las interpretaciones “objetivistas” cuanto a las “subjetivistas”, la teoría de la historia de Marx resulta ser fundada sobre dos temporalidades, una linear, la otra cíclica. Estas definen una relación eminentemente dialéctica entre objetividad y subjetividad histórica. En la segunda parte el mismo confronto servirá, al revés, para mostrar como Marx “concretamente” se representa el proceso por el cual el proletariado llega a adquirir una conciencia revolucionaria madura. Lejos de considerarlo como el “simple” desarrollo de la conciencia de clase obrera, Marx concibe tal proceso mucho más como un recorrido complejo, en que están implicadas todas las clases sociales. Finalmente, la última parte es dedicada a mostrar “empíricamente” tal dispositivo teórico en acción: a través de los análisis de Marx sobre el desarrollo de las luchas de clase en Francia, se mostrará “prácticamente” la absoluta centralidad de la dimensión educativa en la concepción marxiana de la historia.

Palabras clave: Educación, lucha de clase, revolución, dialéctica, subjetividad revolucionaria.

Abstract: This article aims to investigate the relationship between education, class struggle and revolution based on Manifesto and the "historical texts" of Marx on the 1848 revolution. Initially, some confrontation will be shown fruitful by illuminating the basic features of the theoretical Marxian: rejecting both "objectivist" and "subjectivist" interpretations. Marx's theory of history turns out to be founded on two different times - linear and cyclical. These define a dialectical relationship between objectivity and subjectivity of history. Next, the same confrontation will be used to show that Marx represents the process in which the proletariat acquires a mature revolutionary consciousness. Far from considering it as "simple" development of proletarian class consciousness, Marx conceives this process as a more complex path, thus, it is implicated in all social classes. Finally, the last part is devoted to

showing "empirically" this theoretical device in action: through the analysis of Marx on the development of class struggles in France, it will "almost" show the absolute centrality of the educational dimension in Marxist conception of history.

Keywords: Education, class struggle, revolution, dialectic, revolutionary subjectivity.

Introdução

A relação entre educação, luta de classe e revolução parece estar colocada, na teoria marxiana, de forma de tal modo clara a não deixar espaço a nenhuma problematização possível: a luta de classe constitui o sujeito, a revolução o objeto da educação do proletariado. Este último, através a luta de classe que se desenvolve no seio da sociedade burguesa, progressivamente reconhece na revolução social a *conditio sine qua não* da própria emancipação. Em resumo, a práxis revolucionária define as etapas do processo de auto-emancipação do proletariado.

Na realidade porem essas aparentes simplicidade e a-problematicidade encobre uma dupla possibilidade de leitura: seguindo a indicação do *Manifesto* segundo a qual a burguesa «dá ao proletariado os elementos da própria educação, isto é dá a ele as armas contra si mesma» (MARX; ENGELS, 1973, p. 495), o dispositivo marxiano parece exprimir uma concepção “objetivista” da história, na qual o desenvolvimento da consciência proletária através da luta de classe aparece como uma consequência, um efeito, do processo de crescimento das forças produtivas no interior das relações de produção capitalistas. Tal interpretação, central por exemplo nos textos do último Engels e dos teóricos da Segunda Internacional, implica uma leitura “determinista” da história, em que a revolução proletária se apresenta como um *telos* necessário do desenvolvimento do capitalismo.

Concentrando-se, pelo contrário, sobre outros textos de Marx, como por exemplo a passagem da *Miséria da filosofia* em que Marx afirma que «a partir de 1825, quase todas as novas invenções foram o resultado de choques e contrastes entre o operário e o empresário» (MARX; ENGELS, 1973, p. 197), o mesmo processo de formação de uma madura consciência revolucionária parece exprimir muito mais uma concepção “subjetivista” da história: é a irrupção da subjetividade revolucionária que, obrigando o capital a uma continua transformação das forças produtivas e das relações de produção, se impõe como motor do desenvolvimento histórico. Tal interpretação subjetivista, típica por exemplo do “operaismo italiano”, corre porém o perigo de uma “leitura aleatória” do processo histórico, em que em que a imprevisível determinação subjetiva do curso histórico retira da revolução comunista toda necessidade.

O presente artigo, através um confronto entre o *Manifesto* e os “textos históricos” de Marx, se propõe superar este *aut-aut* entre subjetivismo e objetivismo, deixando emergir uma relação refinadamente dialética entre objetividade e subjetividade histórica: através um dispositivo fundado sobre duas temporalidades, uma linear e uma cíclica, Marx concebe a objetividade histórica como o contexto em que, ciclicamente, é possível a determinação subjetiva do curso histórico; um contexto que, por sua vez, resulta todavia estar sempre posto, determinado, da luta de classe da subjetividade antagônica.

O dispositivo teórico de Marx

O *Manifesto do partido comunista* representa sem dúvida o “momento constituinte” do problema da relação entre educação do proletariado, luta de classe e revolução. Sobre a base de uma concepção “linear” da história, que foi se constituindo na *Miséria da filosofia* e na *Ideologia alemã*, que caracterizava na contradição entre forças produtivas e relações de produção o motor do desenvolvimento histórico, Marx concebe a revolução proletária como exito necessário do desenvolvimento do capitalismo: ao progressivo crescimento das forças produtivas corresponde a progressiva e paralela maturação do sujeito revolucionário até que, quando o capitalismo atinge o ápice do seu possível desenvolvimento, encontra-se face à uma classe revolucionária que daqui para frente adquiriu a plena consciência do seu papel histórico e está pronta a desempenhar a própria função revolucionária.

Tal representação linear parece exprimir uma visão determinista do movimento histórico que, examinando bem, parece negar muito mais do que colocar o problema da subjetividade revolucionária. Marx escreve, de fato, no *Manifesto*: «Na medida mesma em que se desenvolve a burguesia, isto é, o capital, se desenvolve também o proletariado [...]. Mas com o desenvolvimento da indústria o proletariado não cresce apenas numericamente; ele se adensa em grandes massas, sua força vai crescendo, e com ela sua consciência. [...] Os conflitos no seio da velha sociedade em geral favorecem em muitos modos ao proletariado. A burguesia está em luta contínua: primeiro contra a aristocracia, depois contra aquelas partes da burguesia cujos interesses estão em contraste com o progresso da indústria; sempre contra a burguesia de todos os países estrangeiros. Em todas estas lutas ela se vê obrigada a apelar ao proletariado, a pedir-lhe ajuda, arrastando-o assim no movimento político» (MARX; ENGELS, 1973, pp. 492-495).

Em passagem célebre Marx concebe «o desenvolvimento da indústria», ou seja o movimento objetivo do desenvolvimento das forças produtivas e as conseqüentes lutas de classe da burguesia, como os verdadeiros sujeitos da história; paralelamente se representa o processo de maturação da subjetividade revolucionária como um puro efeito, uma simples conseqüência, da ação de tais “sujeitos históricos”. Em outras palavras no *Manifesto* parecer existir um decisivo primado da dimensão “objetiva” que, considerando a revolução proletária como *telos* necessário do desenvolvimento do capitalismo, não permite reconhecer nenhum papel à subjetividade proletária na determinação do curso da história.

Existe porém a possibilidade de uma interpretação teórica diversa: de fato colocando em relação o *Manifesto* com os “textos históricos” imediatamente sucessivos, relativos à revolução de 1848, o presumido primado da objetividade e o conseqüente risco de “idealismo teleológico” se configuram como simples “aparências”, derivadas do “caráter sintético” do *Manifesto*. Neste texto Marx se limita de fato simplesmente a apreçar dois “fatos”, evidentes e indiscutíveis: 1) que com o desenvolvimento do capitalismo se assista a um crescimento paralelo da classe operária; 2) que a luta de classe conduzida pela burguesia contra as classes reacionárias favorece o desenvolvimento da consciência revolucionária do proletariado, porém não fornecendo ainda nenhuma explicação sobre as causas determinantes de tais “evidências históricas”. No *Manifesto*, portanto, o espinhoso problema da relação entre o desenvolvimento

progressivo do capitalismo e o desenvolvimento do proletariado, longe de ser enfrentado de modo analítico e exaustivo e de encontrar respostas definitivas, está apenas colocado, enunciado.

Apenas nos textos imediatamente sucessivos, relativos à revolução de 1848, Marx nos oferece uma análise aprofundada da questão: uma aproximação analítico ao problema da relação entre desenvolvimento objetivo do capitalismo e surgimento da subjetividade revolucionária que exclui definitivamente uma possível leitura “objetivista” do dispositivo marxiano. Quando Marx escreve nas *Lutas de classe na França*: «Uma nova revolução não é possível se não se segue à uma nova crise. Uma porém é tão segura quanto a outra» (MARX; ENGELS, 1977, p. 135), o predicado “é possível” estabelece entre as crises periódicas do capitalismo e a revolução uma relação dialética, que nega toda relação “determinística” possível.

O que significa que crise e revolução estão em relação dialética entre si? Para responder a tal pergunta é necessário preliminarmente esclarecer o que Marx entende em tais textos por crise e por revolução.

A crise, longe de ser considerada como um fenômeno puramente economico-objetivo, é concebida muito mais como um fenômeno complexo, em que estão imediatamente implicadas tanto a dimensão econômica, quanto a política e ideológica. Retomando o léxico de Althusser, a crise deixa emergir claramente o caráter sobredeterminado das contradições capitalistas, mostrando a realidade social como resultante da interação de uma pluralidade de fatores heterogêneos entre si: econômicos, políticos, ideológicos, objetivos, subjetivos, entre os quais a dimensão econômica resulta ser determinante apenas “em última instância”. A crise portanto, bem longe de ser um “fenômeno parcial”, investe a vida social por inteiro e determina uma “conjuntura histórica” específica que sendo caracterizada pela extrema precariedade. Em todos os níveis sociais, pelo domínio da classe burguesa, revela-se ser particularmente favorável para a ação revolucionária. Em resumo a crise, nos “textos históricos” de Marx, aparece como uma “ocasião revolucionária”; como aquele contexto no qual torna-se possível a determinação subjetiva da história.

A revolução por sua vez, longe de ser considerada simplesmente como o evento que leva o proletariado ao poder, assume um significado bem mais amplo: revolucionário é, segundo Marx, todo processo em que a subjetividade antagônica assume a iniciativa histórica, impondo-se como fator determinante para a superação da crise e para a determinação do curso histórico: se ela é vencedora, ela impõe a “ruptura revolucionária” e gera um “salto qualitativo” nas relações sociais; se é derrotada, provoca a “reação” burguesa e a instauração do movimento contra-revolucionário.

Crise e revolução são, portanto, os dois termos fundamentais de uma representação “cíclica” do desenvolvimento em que o curso da história resulta ser sempre determinado pela relação dialética de objetividade e subjetividade: de um lado a crise se transforma em uma ocasião revolucionária; de outro a ação revolucionária resulta ser o fator determinante para a superação (revolucionária ou contra-revolucionária) da crise e, portanto, para a determinação do curso histórico.

A absoluta centralidade de tal relação dialética de objetividade e subjetividade parece contradizer a hipótese de uma continuidade entre o *Manifesto* e os “textos históricos: mais que estimular em direção a uma interpretação destes últimos como complemento analítico dos postulados “sintéticos” do *Manifesto*, ela parece muito mais exprimir uma fratura radical entre o dispositivo “linear” e o “cíclico”; a coexistência em Marx de duas concepções da história diferentes e incompatíveis, uma “determinista e linear”, a outra “dialética e cíclica”.

A prova da impossibilidade de uma tal “interpretação opositiva” se encontra porém na passagem célebre do *18 Brumário* no qual Marx, descrevendo a diferença fundamental entre as revoluções burguesas e proletárias, afirma: «As revoluções burguesas como as do século decimo oitavo passam tempestosamente de sucesso em sucesso; os seus efeitos dramáticos superam um a outro; os homens e as coisas parecem iluminados por fogos de bengala; o estase é o estado de animo de cada dia. Mas tem uma vida efêmera, logo atingem o ponto culminante: e então uma longa náusea se apodera da sociedade, antes que ela possa dar-se friamente razão dos resultados do seu período de febre e de tormenta. As revoluções proletárias, as do século dezenove, pelo contrário, criticam continuamente a si mesmas; interrompem a cada instante o seu próprio curso; retornam sobre o que já parecia realizado para recomeçar novamente; zombam de si mesmas de modo desapiedado e sem olhar meias medidas, debilidades e misérias das suas tentativas anteriores; parece que abatem seu adversário apenas para que este tire da terra novas forças e se levante de novo, mais formidáveis frente a ela; se retraem continuamente, espantadas pela infinidade das suas próprias metas, às suas próprias tarefas, senão que se cria a situação em que é tornado impossível qualquer volta atrás e as próprias circunstâncias gritam: Hic Rhodus, hic salta! Aqui está a rosa, deve bailar aqui!» (MARX, 1964, p. 52).

Nessa passagem fica evidente que linearidade e ciclicidade histórica, longe de exprimir duas leituras incompatíveis da história, resultam constituir muito mais as duas temporalidades fundantes do mesmo dispositivo teórico. A tendência linear do capitalismo à sua própria superação resulta de fato estar vinculada à dimensão “educativa” da luta de classe proletária: graças à capacidade de aprender com as próprias derrotas, o proletariado desenvolve, através das sucessivas conjunturas críticas, uma consciência cada vez maior das condições da própria emancipação, transformando assim o movimento objetivo de desenvolvimento das forças produtivas no movimento tendencial do capitalismo à sua própria superação, no movimento de preparação e de educação para a revolução. A linearidade, portanto, realizando-se através das temporalidades “cíclico-dialética”, exprime então a tendência objetiva da história, mas apenas em quanto tal objetividade representa a objetivação do processo de subjetivação das massas.

Essa representação da interação de linearidade e ciclicidade, se permite excluir por uma possível interpretação “objetivista” de Marx, mostrando o “lado subjetivo” da tendência linear imanente ao capitalismo, não permite porém ainda tirar qualquer dúvida quanto a uma possível leitura teleológica: considerando esse movimento de desenvolvimento da subjetividade revolucionária como o processo de formação das condições subjetivas para a revolução, a finalidade do percurso educativo pode ser considerada como o “telos realizado”, o momento em que a maturidade atingida pela subjetividade

revolucionária garante a vitória da revolução. Examinando bem porém este último “perigo teleológico” é facilmente superado através da definição marxiana da crise como fenômeno complexo: a interação sempre diferente entre os diversos níveis sociais, a mescla sempre nova de fatores heterogêneos – objetivos, subjetivos, econômicos, políticos, ideológicos – impõe de fato à subjetividade revolucionária dever fazer sempre as contas com o caráter conjuntural das crises que constituem a dimensão imprevisível da história .

O processo de maturação da subjetividade revolucionária.

A nossa descrição do dispositivo teórico de Marx, fundado sobre a interação das temporalidades linear e cíclica, permanece ainda uma representação puramente abstrata. Isto é, não enfrenta a questão que, concretamente, o proletariado deve aprender com as conjunturas revolucionárias; que a classe operária deve aprender com as próprias derrotas e, conseqüentemente, que significa concretamente o atingimento de uma consciência revolucionária madura.

Ainda que em relação a tal problemática, o *Manifesto* aparece como um texto “constituente”, em que a questão está posta, mas de modo apenas sintético e abstrato, enquanto os textos históricos de Marx relativos à conjuntura de 1848 se apresentam como o momento da análise do problema.

No *Manifesto* o problema da maturação da classe revolucionária é colocado a partir da célebre e tão discutida lei da simplificação progressiva das relações entre as classes: «A nossa época, a época da burguesia, distingue-se todavia porque simplificou os contrastes entre as classes. A sociedade inteira vai cada vez mais cindindo-se em dois grandes campos inimigos, em duas grandes classes diretamente opostas uma à outra: burguesia e proletariado» (MARX; ENGELS, 1973, pp. 487). Em tal representação do desenvolvimento histórico como progressiva simplificação das relações de classe, até o momento da pura oposição entre a burguesia e proletariado, o problema da maturação da subjetividade revolucionária coincide com o problema da progressiva aquisição, por parte do proletariado, da consciência da própria tarefa revolucionária.

Fiéis à leitura do *Manifesto* como “texto sintético”, tal lei da simplificação das relações de classe, representando a dinâmica objetiva de desenvolvimento do capitalismo enquanto produto da objetivação da luta de classe antiburguesa, exprime a conseqüência histórica da progressiva tomada de consciência, por parte do proletariado, da divisão da sociedade em dois grandes campos inimigos como presuposto absolutamente necessário para a vitória da revolução social e da sua conseqüente afirmação como “vanguarda” de todas as classes antagônicas.

A confirmação de uma tal leitura do *Manifesto* encontra-se ainda uma vez nos “textos históricos” em que Marx, longe de apresentar uma visão “simplista” de duas classes da sociedade, oferece a imagem de uma realidade histórica bem complexa, em que as classes “essenciais” do capitalismo estão sempre colocadas lado a lado às classes “residuais” das épocas passadas; em que, portanto, o proletariado se encontra de fato sempre, na sua luta contra a burguesia, lado a lado com as outras duas classes antagônicas à burguesia: a pequena burguesia e os camponeses. Essa representação do caráter complexo da sociedade impõe a necessidade subjetiva de simplificar tais relações sociais: as classes oprimidas devem

progressivamente tomar consciência da necessidade de aliar-se em função anti-burguesa, chegando a formar uma “massa revolucionária” e realizando assim, através da práxis revolucionária, a divisão de toda a sociedade em dois campos inimigos.

Tal processo de constituição da subjetividade revolucionária se realiza, segundo Marx, através três momentos fundamentais em cada um dos quais são as derrotas sofridas a constituir o motor da passagem às fases mais maduras da luta de classe.

O primeiro momento é o da “pura revolta espontânea” de cada uma das classes, absolutamente inconscientes quanto aos meios e aos fins da luta de classe: frente à piora das condições de existência e ao agravar-se da miséria causado pela crise, o desespero e o ódio em relação à burguesia empurram de todo naturalmente cada classe oprimida à rebelião.

Tais lutas espontâneas inauguram o processo de subjetivação das massas: as derrotas sofridas ensinam de fato à cada classe a necessidade de aliar-se contra o inimigo comum: «No caso de uma batalha contra um inimigo comum não há necessidade de nenhuma união especial. Deve-se apenas combater diretamente o inimigo [...] esta união, calculada somente para aquele momento, se restabelecerá espontaneamente»(MARX; ENGELS, 1977, p. 282). Essa fase da luta de classe se coloca como “intermídia” entre a “revolta” e a “revolução”: de um lado de fato já se constituiu uma “massa” antiburguesa, de outro porém esta primeira forma de aliança mantém ainda todas as características da “revolta: “espontânea” e inconsciente quanto aos meios e aos fins da luta, se caracteriza por uma persistente “imaturidade” da subjetividade revolucionária, expressa pela hegemonia do ponto de vista ideológico pequeno-burguês no movimento revolucionário. A crença ilusória de poder levar a termo o processo de emancipação pela via “reformista”, “democrática” e pacífica, no interior das relações de produção e de poder burgueses e a conseqüente ausência de um ponto de vista revolucionário, destina a subjetividade revolucionária à derrota, empurrando a luta de classe para a sua forma mais madura. Em primeiro lugar de fato a burguesia, sobressaltada pelo surgimento do sujeito revolucionário, é levada a assumir posições políticas cada vez mais contra-revolucionárias, demistificando a aparência “liberal” do próprio domínio; em segundo lugar a pequena-burguesia é obrigada a reconhecer a exigência de submeter-se à hegemonia proletária; enfim o próprio proletariado é empurrado a libertar-se das ilusões pequeno-burguesas.

Esse estágio, o último e mais maduro da luta de classe, é então representado pela constituição de uma verdadeira “massa revolucionária”, ou seja de uma aliança de classe anti-burguesa sob a hegemonia do proletariado, a única «classe verdadeiramente revolucionária» (MARX; ENGELS, 1973, pp. 496). Perdidas as características de espontaneidade e imediatidade, tal aliança entre as classes se configura daqui por diante como “aliança tática”: «A posição do partido operário revolucionário em relação à democracia pequeno-burguesa» escreve Marx no *Manifesto do Comitê central à Liga de março de 1850*, «é a seguinte: procede de acordo com esta última contra a fração de que persegue a queda; se opõe aos democráticos pequeno-burgueses em todas as coisas por que meio eles queiram consolidar-se per conta própria. Os pequeno-burgueses democráticos, bem longe de querer derrubar toda a sociedade para os proletários

revolucionários, tendem à uma transformação das condições sociais, pelas quais a sociedade atual torna-se para eles tanto quanto possível, tolerável e cômoda» (MARX; ENGELS, 1977, p. 280). Por um lado a pequena-burguesia aceita a hegemonia do proletariado, consciente que pela própria posição de classe toda tentativa de agir independentemente está destinado à derrota, mas mantém fins políticos diferentes, perseguindo não a dissolução das classes, mas a melhoria da sua própria condição de classe; por outro o proletariado, daqui por diante plenamente consciente que «do primeiro momento da vitória a desconfiança não deve mais dirigir-se contra o partido reacionário vencido, mas contra os próprios aliados de ontem, contra o partido que querará desfrutar sozinho a vitória comum» (MARX; ENGELS, 1977, pp. 283-284), deve empurrar o movimento revolucionário adiante, até a completa destruição das relações de produção e de domínio burgueses.

As lutas de classe na França entre 1848 e 1871.

«A França», escreve Engels no *Prefácio* à terceira edição do *Dizão Brumário*, «é o país em que as lutas históricas da classe foram combatidas até à solução decisiva mais que em qualquer outro lugar; e no qual então também as mutáveis formas políticas, dentro das quais aquelas lutas se desenvolvem e nas quais se condensam os seus resultados, tomam seus contornos mais claros. Centro do feudalismo na idade média, país clássico a partir do Renascimento, da monarquia unitária de poderes limitados, a França, com sua Grande Revolução, destruiu o feudalismo e fundou o domínio puro da burguesia, na forma clássica como nenhum outro país europeu. Também a luta do proletariado em ascensão contra a burguesia dominante assume aqui uma forma aguda, desconhecida em outras partes. Este é o motivo pelo qual Marx não apenas estudou com especial predileção a história passada da França, mas tinha também seguido em todos os particulares de sua história atual, tinha recolhido o material a utilizar em seguida, e por isto nunca se surpreendeu com os acontecimentos» (MARX, 1964, pp. 40-41).

Não é um caso então se a análise dos textos “históricos” de Marx sobre a França se apresenta como o lugar da “verificação empírica” do dispositivo teórico de Marx: entre as duas conjunturas revolucionárias de 1848 e 1871 na França se experimentaram de fato todas as fases da luta de classe, das revoltas espontâneas das classes antagônicas até à revolução verdadeira e real, realizando “na prática histórica” o processo da progressiva realização, através das crises periódicas do capitalismo e as conjunturas revolucionárias conseqüentes, de uma subjetividade revolucionária madura, capaz finalmente de aproveitar a ocasião oferecida pela crise do domínio burguês.

A crise econômica irrompida na Inglaterra nos anos 1845-1847 impõe uma conjuntura revolucionária em toda a Europa. Na França em particular esteve na base seja da revolução burguesa de fevereiro 1848, que pôe fim à monarquia constitucional de Luis Filipe e instaurou a República, seja da inauguração de um processo de intensificação da luta de classe, que empurrou as várias classes antagônicas da burguesia à revolta. Com o agravamento da miséria que se segue à crise de fato, cada uma das classes exploradas – proletariado, pequena-burguesia e camponeses –, em diversos momentos, foi obrigada pelo

desespero a revoltar-se, inaugurando assim aquele processo de subjetivação que, através as sucessivas derrotas, leva à constituição de uma “massa” revolucionária madura.

Em junho de 1848, foi o proletariado a primeira classe a ser obrigada a rebelar-se contra o novo governo republicano da burguesia: «Aos operários não restava outra alternativa: ou morrer de fome ou descer ao campo. [...] O proletariado parisiense foi obrigado à insurreição de junho pela burguesia. Nisto já estava contida a sua condenação» (MARX; ENGELS, 1977, p. 64). A política anti-proletária do governo provisório burguês, concretizada na luta contra os *Ateliers Nationaux*, tinha endurecido as já miséras condições de existência do proletariado, obrigando-o a rebelar-se em uma conjuntura absolutamente desfavorável, em que todas as classes intermediárias alinhavam-se à burguesia e destinando-o portanto a uma derrota certa. Tal derrota porém, longe de ser vã, constituiu um primeiro, necessário, momento de desenvolvimento da consciência revolucionária do proletariado: permitiu-lhe em primeiro lugar reconhecer na burguesia como o inimigo a abater; em segundo lugar a compreender a necessidade de uma aliança com as outras classes exploradas contra a burguesia. O junho parisiense foi então uma “escola” para o proletariado: «Apenas afundando no sangue dos insurretos de junho o tricolor se tornou a bandeira da revolução europeia –a bandeira vermelha» (MARX; ENGELS, 1977, p. 67).

«O 10 de dezembro de 1848 foi o dia da insurreição dos camponeses» (MARX; ENGELS, 1977, p. 77). A política fiscal da burguesia, contribuindo para agravar a sua miséria já endêmica, os havia empurrado, contra «a república dos ricos» (MARX; ENGELS, 1977, p. 78), a votar massivamente nas eleições presidenciais em Luis Bonaparte, encarnação tanto do ódio campones pela burguesia quanto da sua consciência “ideológica”, das suas ilusões sobre a tradição bonapartista. Tal “revolta eleitoral” dos camponeses franceses assinalou também ela o início do seu processo de subjetivação: a ação política concreta de Bonaparte teria de fato liberado «uma parte dos camponeses franceses da ilusão napoleônica», tornando-a «revolucionária, se bem que ainda apenas superficialmente. [...] Sob a república parlamentar a consciência moderna dos camponeses franceses se chocou com a sua consciência tradicional. O processo se desenvolve na forma de uma luta contínua entre os mestres-escola e os padres» (MARX, 1964, pp. 210-211).

Enfim a pequena-burguesia, frente à recusa dos *Concordat à l'amiable* e contra a política externa contra-revolucionária do governo burguês, revoltou-se em 19 de junho de 1849 com a covardia típica da pequena-burguesia que convoca uma manifestação pacífica em defesa da Constituição, mas a passeata é «recebida nos boulevards de modo absolutamente anti-parlamentare pelos dragões e caçadores de Changarnier» (MARX; ENGELS, 1977, p. 104). Graças a tal derrota a pequena-burguesia toma consciência da sua própria impotência no interior das relações de produção burguesa.

Tais derrotas ensinaram então às classes exploradas francesas a impossibilidade de lutar “sozinha” contra a burguesia, obrigando-a a aliar-se, inaugurando assim uma nova fase da luta de classe, cujos resultados já se mostraram em 1850: «A eleição de 10 de março» escreve Marx «foi uma revolução. Por trás das cédulas eleitorais estavam as pedras do calçamento» (MARX; ENGELS, 1977, p. 128). As eleições suplementares de 10 de março de 1850, nas quais foram eleitos os representantes do partido

socialdemocrático, nascido da aliança do proletariado com a pequena-burguesia, constituíam uma verdadeira ocasião revolucionária: de um lado de fato todas as classes exploradas estavam daí por diante aliadas contra o inimigo comum, do outro a burguesia se encontrava em uma conjuntura particularmente desfavorável, enfraquecida, dividida e fragilizada pela guerra contra Bonaparte. Infelizmente porém o «significado revolucionário de 10 de marzo, a reabilitação da insurreição de junho, é completamente apagada com a candidatura de Eugène Sue, este pequeno-burguês sentimental, socialista de fantasia; candidatura que do proletariado podia aceitar-se muito mais como uma piada para dar prazer às grisettes» (MARX; ENGELS, 1977, p. 135). O partido socialdemocrático, dominado pela pequena-burguesia, ou seja, por uma representação ainda ideológica e ilusória dos fins e dos meios da luta de classe, considerou a vitória eleitoral não como um meio em vista da revolução, não como o início de um processo de progressiva radicalização da luta de classe, mas, pelo contrário, como um «fim em si», deixando fugir a ocasião revolucionária.

Esta segunda fase da luta de classe representa também um momento de desenvolvimento no processo de maturação da subjetividade revolucionária, um momento de «educação» das massas: a revolução, de fato, «vai ao fundo das coisas. Está ainda atravessando o purgatório. Trabalha com método. Até o 2 de dezembro não levou a termo senão a primeira metade da sua preparação; ora está realizando a outra metade» (MARX, 1964, p. 205). O não ter explorado a ocasião propícia tinha deixado espaço livre à progressiva afirmação da contra-revolução burguesa, até o decisivo golpe de estado de Bonaparte, mostrando a impossibilidade do ilusório projeto pequeno-burguês de uma solução “parlamentar” e pacífica da luta de classe e a necessidade da “ditadura revolucionária” pela destruição do domínio burguês. A derrota revolucionária de 1850 então, impondo a contra-revolução, permite destruir a hegemonia ideológica da pequena-burguesia e afirmar, na “massa” antiburguesa, um ponto de vista verdadeiramente revolucionário, colocando o proletariado como força hegemônica do movimento.

A conjuntura revolucionária de 1871, aberta pela crise político-social da burguesia francesa em seqüência à derrota na guerra franco-alemã, representa o momento da colocação em prática dos ensinamentos das derrotas de 1848: o proletariado está daqui por diante subordinado às outras classes antagônicas ao próprio ponto de vista revolucionário, afirmandos-e como força hegemônica do movimento revolucionário. De um lado de fato os camponeses perderam daqui por diante suas “ilusões bonapartistas”: «O camponê foi bonapartista porque a Grande Revolução, com as suas vantagens para eles, era personificada a seus olhos por Napoleão. Como teria podido esta ilusão, rapidamente derrubada sob o Segundo Império (e pela sua própria natura hostil aos rurais), resistir ao apelo da Comuna aos interesses vitais e às necessidades urgentes dos camponeses?» (MARX, 1970, p. 71). Por outro a pequena-burguesia, destruída econômica e politicamente pelo Segundo Império, não podia não se alinhar com a Comuna, que «lhes tinha salvado com um regulamento sagaz do problema que é a causa eterna dos contrastes no próprio interior das classes médias – o problema dos devedores e dos credores» (MARX, 1970, p. 69).

Essa nova hegemonia proletária manifesta-se em uma atitude completamente diferente da subjetividade revolucionária frente à crise do governo burguês: se em 1848 fora a burguesia, com a sua política contra-revolucionária, a obrigar as várias classes a revoltar-se em condições históricas desfavoráveis, em 1871, pelo contrário, é o proletariado a aproveitar da debilidade político-econômica da burguesia para subtrair-lhe a iniciativa histórica: contra as tentativas burguesas de resolver a crise através a capitulação na guerra franco-alemã, o proletariado transforma a mesma crise em uma ocasião revolucionária, em um instrumento para a própria emancipação, realizando «na práxis» a passagem à forma mais madura da luta de classe: à revolução proletária.

Essa maturidade, finalmente conquistada, da subjetividade revolucionária não consegue porém evitar à Comuna de cometer alguns “erros fatais”: «Routtante a continuar a guerra civil aberta pela brigantesca expedição de Thiers contra Montmartre», escreve de fato Marx na *Guerra Civil na França*, o Comitê central torna-se agora culpado de um erro fatal com o não marchar de imediato contra Versailles, agora completamente indefesa, e assim por fim aos complôs de Thiers e dos seus rurais» (MARX, 1970, p. 57).

A persistência da dimensão do “erro” mesmo na fase da forma mais madura da luta de classe confirma a interpretação que, recusando todo “objetivismo determinístico”, reconhece na dimensão cíclico-conjuntural da ação subjetiva a garantia de uma concepção da história sempre aberta à múltiplas possibilidades: a conjuntura de 1871, como toda conjuntura revolucionária, sendo definida por uma pluralidade de fatores objetivos e subjetivos, apresentava uma configuração inédita, com características específicas próprias, que colocava o proletariado de frente a desvios novos, para os quais não podia encontrar respostas nas experiências das lutas passadas.

A representação da plena realização do movimento de desenvolvimento da subjetividade revolucionária então não pode nunca perder o seu caráter puramente “tendencial”, dado que a dimensão eventuel e conjuntural do desenvolvimento histórico torna impossível a transformação da relação dialética de objetividade e subjetividade em uma relação determinística. A dimensão educativa da luta de classe longe portanto de ser anulada por um hipotético ponto culminante do processo de maturação, configura-se muito mais como uma constante da luta de classe. A subjetividade antagônica terá sempre que aprender com a história.

Bibliografia

- ALTHUSSER L. *Per Marx*. Roma: Edetori Riuniti, 1972.
- ASSOUN, P. L. *Marx et la répétition historique*. Paris: Presses Universitaires de France, 1978.
- BALIBAR, E. *La philosophie de Marx*. Paris: La decouverte, 1993.
- _____. *Cinq études de matérialisme historique*. Paris: Maspero, 1974.
- _____. *La crainte des massass*. Paris: Galoée, 1997
- BARBIER, M. *La pensèe politique de K. Marx*. Paris: l'Harmattan, 1992.
- CLAUDIN, F. *Marx, Engels et la révolution de 1848*, Paris: Maspero, 1980.

- DUMÉNIL, G., LÖWY, M., RENAULT, E. *Lire Marx*. Paris: PUF, 2009.
- FINELLI, R. *Un parricidio mancato. Hegel e o giovane Marx*. Torino: Bollati Boringhieri, 2004.
- FINESCHI, R. *Hegel e Marx. Contributi a uma rottura*. Roma: Carocci, 2006.
- MARX, K. Le lotte di classe in Francia dal 1848 al 1850. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Opere Complete*, v. 10, Roma: Editori Riuniti, 1977.
- _____. *Il 18 brumaio de Luigi Bonaparte*. Tr. it. P. Toosatti, Roma: Editori Riuniti, 1964.
- _____. *La guerra civile in Francia*. Edições Samonà e Savelli: Roma, 1970.
- _____. Miséria da Filosofia. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Opere Complete*, v. 6, Roma: Editori Riuniti, 1973.
- MARX, K.; ENGELS, F. Indirizzo del Comitato centrale à Lega del marzo 1850. In: _____. *Opere Complete*, v. 10, Roma: Editori Riuniti, 1977.
- _____. Manifesto del partido comunista. In: _____. *Opere Complete*, v. 6, Roma: Editori Riuniti, 1973.
- _____. *L'Ideologia tedesca*. Tr. it. F. Codeno, Roma: Editori Riuniti, 1958.
- LENIN, V. I. *Stato e rivoluzione*. Milano: Edizione Lotta Comunista, 2002.
- NEGRI, A. *Marx oltre Marx: quaderno de lavoro sui Grundrisse*. Roma: Manifestolibri, 2003.
- SPENCER, M. E. Marx on the State: the Events in France between 1848-1850. In *Karl Marx's social and political thought: Critical assessment*, v. 3, London - New York: Routledge, 1990, pp. 519-547.
- TEXIER, J. *Révolution et démocratie chez Marx et Engels*. Paris: PUF, 1998.
- TOMBA, M. Il materialista storico al lavoro. La storiografia política del Diciotto Brumaio. in AA.VV. *Pensare con Marx, ripensare Marx*, Roma: Sped. Al. Graf, 2008.
- TOSEL, A. Les critiques de la politique chez Marx. in BALIBAR E., TOSEL A., LUPORINI C. *Marx et sa critique de la politique*, Paris : F. Maspero, 1979.
- TRONTI, M. *Operai e capital*. Roma: DeriveApprode, 2006.
- VADÉE, M. *Marx penseur du possible*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1992.

Notas:

- ¹ Universidade de Nápoles, Nápoles – Itália. Membro do Krisis - Grupo de Investigação em Filosofia Contemporânea associado ao Departamento de Filosofia da Universidade de Évora (Portugal). Pós-Doutoranda em Filosofia na Universidade de Évora. Membro do Centro Interdisciplinar de Estudos Políticos e Sociais - NICPRIUE. Doutora em "Ética e Filosofia Político-Jurídica" pela Universidade de Salerno (Itália) com a tese: *Marx e a revolução de 1848*. Licenciada em Filosofia na Universidade de Nápoles (Itália) com a tese: *O jovem Marx. Do idealismo ao materialismo*. 2008-2009: Bolsa de investigação no estrangeiro: *École Normale Supérieure de Lettres et Sciences Humaines* – Université de Lyon. Email: viparelli1@interfree.it
- ² Atuou como Professor do Departamento de Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciência Humana (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Atuou como Secretário da ADUNICAMP e do ANDES Sindicato Nacional. Um dos fundadores e Primeiro Coordenador Geral da Associação Brasileira de Educadores Marxistas (ABEM). Email: praxis@lexxa.com.br